

11 de maio de 2012

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**



CONGRESSO COLOCA EM PAUTA A MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Os entraves legais ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas é uma clara desvantagem aos seus habitantes em relação as demais partes do território brasileiro. Na avaliação do IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração (www.ibram.org.br), a mineração empresarial moderna pode ser desenvolvida nessas áreas e se configurar como uma oportunidade de emprego e renda e, também, por ser comprovadamente sustentável sob o ponto de vista ambiental, dispõe de tecnologia para minimizar os impactos no ambiente e recuperar ao máximo as áreas mineradas.

Segundo o IBRAM, há casos exemplares de mineração empresarial em pleno curso na Amazônia que poderiam ser implantados, à semelhança, em áreas nativas. Além disso, países desenvolvidos, como o Canadá, autorizam empreendimentos minerais nesses locais com sucesso.

Nesta quinta-feira, 03/05, durante a oficina de trabalho “Mineração em terras indígenas”, que ocorre durante o 2º Congresso Internacional de Direito Minerário (www.direitominerario.org.br), representantes do Governo e especialistas em Direito, discutiram a regulamentação da atividade minerária nessas áreas.

Um dos debatedores, o sócio da Davies Ward Phillips e Vinerberg LLP (Canadá) Ian McBride, abordou a evolução histórica da exploração de minerais em regiões aborígenes canadenses, utilizando como exemplo a cidade de Ontário.

Ao contrário do Brasil, onde a mineração nessas regiões é proibida, no Canadá a ação é permitida. Em alguns lugares, indígenas detêm direitos sobre os recursos minerais. São firmados acordos com as mineradoras que costumam envolver garantia de empregos, proteção ao meio ambiente, a contratação de prestação de serviços, construção de redes de água encanada, de redes de telecomunicações, investimentos em educação.

“No contexto atual, um acordo mutuamente avançado entre as partes envolvidas (governos, setor produtivo e indígenas) tornou-se essencial. As empresas entendem que precisam do consentimento da comunidade local. E estão investindo em melhores práticas de responsabilidade social corporativa”, completa McBride.

No Brasil, uma comissão especial foi instalada pela Câmara dos Deputados para debater a questão e propor sua votação formal pelo Congresso Nacional. A ausência de uma norma faz com que cresça a extração ilegal. Vale lembrar que as terras indígenas representam cerca de 15% do território nacional.

Desde que começou a tramitar na Câmara há mais de 15 anos, o Projeto de Lei 1610/96, que permite a lavra de recursos minerais em terras indígenas, tem sido motivo de muitos debates.

Assim como no Canadá, o regulamento brasileiro também pretende contemplar a necessidade de uma consulta pública aos habitantes originários. Nesse pano de fundo, a comissão busca esclarecer em que formato será feita essa pesquisa, bem como a participação da comunidade. Além disso, visa estabelecer um piso de arrecadação que venha trazer efetivamente benefícios a essas comunidades.

Para o Deputado Federal, Édio Lopes (PMDB/RR), relator do PL, “o Brasil não pode abrir mão da enorme riqueza representada pelos recursos minerais de altíssima qualidade localizados nos solos das comunidades indígenas. Mas isto só deve ser feito, desde que tenhamos o devido respeito aos ocupantes dessas terras”.

A preocupação de quem se posiciona contrário à mineração em terras indígenas se concentra nos possíveis impactos socioambientais que a atividade causaria nas aldeias. As mineradoras, por sua vez, argumentam que a pesquisa e a lavra de minerais são conduzidas de forma sustentável.

A oficina também contou com a presença do Cacique Babau, da comunidade indígena de Serra do Padeiro. “O recurso deve ser trabalhado de forma respeitosa, dessa forma nós não somos contra a mineração em nossas terras. Mas não queremos que o uso dessas riquezas alimentem a ambição dos homens. Os tupinambás são a favor do avanço e do crescimento, mas não queremos ser meros fornecedores do que os outros fazem, porque nós somos precursores da vida”.

O 2º Congresso Internacional de Direito Minerário se estende até amanhã, 4/05, e é uma parceria do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) com o Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio do Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O Salvador Convention Bureau é outro apoiador institucional.

Fonte: IBRAM

Data: 04/052012



GEOLOGIA RECEBE NOTA MÁXIMA DO MEC

A Universidade de Brasília recebeu nesta quinta-feira, 3 de maio, o relatório de avaliação do Ministério da Educação (MEC) sobre dois cursos de graduação: Geologia com nota 5 e Ciência Política com nota 3.

O curso de Geologia recebeu a qualificação máxima que qualquer curso pode obter dentro do Conceito Preliminar de Curso do MEC – que soma avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), da própria universidade e verificação in loco, para os casos em que os cursos nunca tenham sido avaliados ou tenham rendimento abaixo de 3.

A avaliação faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os critérios considerados pelos avaliadores são: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura.

A coordenadora do curso de Geologia, Sylvia Maria de Araújo, acompanhou a visita dos supervisores do MEC. Apesar de ser a primeira vez que a Geologia da UnB é avaliada, ela acredita que a nota refletiu a expectativa de todos da área: o curso sempre foi considerado de excelência. Sylvia destaca seu corpo docente. "Todos trabalham com ensino e pesquisa. Temos 52 professores dos quais 50 são doutores", afirmou.

Outra questão apontada pela professora como essencial para a nota é a inserção dos alunos no mercado de trabalho. "A presença dos nossos estudantes, quando se tornam profissionais, denota um reconhecimento da sociedade de que estamos no caminho certo", disse. A coordenadora admite, no entanto, que apesar de possuir equipamentos de ponta e algumas salas de aula de primeiro mundo, alguns espaços devem ser melhorados.

Fonte: Geofísica Brasil

Data: 04/05/2012



CHINA TERÁ SÉRIA ESCASSEZ DE RECURSOS MINERAIS ATÉ 2020

A China está com escassez de 25 tipos de recursos minerais, incluindo 11 que são cruciais para a economia local, segundo o ministro das Terras e Recursos Naturais, Xu Shaoshi, informa a agência de notícias Xinhua.

O país enfrentará uma séria escassez de recursos minerais até 2020, uma vez que consome quantias crescentes para promover sua industrialização, urbanização e modernização agrícola, citou o ministro, em entrevista para marcar o Dia da Terra.

A previsão se baseia em pesquisas de reservas recuperáveis de 45 tipos dos principais minerais, afirmou Xu, acrescentando que a China terá de elevar acentuadamente a importação de minerais cuja oferta está escassa para acompanhar a demanda nos próximos 10 a 20 anos.

Nos últimos 15 anos, a China apresentou crescimento de dois dígitos no consumo de recursos minerais. Mais da metade do petróleo do país, minério de ferro, alumínio e cobre são importados, de acordo com o ministro.

"O consumo (de recursos minerais) do país tem crescido mais rápido do que a produção, enquanto a expansão da produção ultrapassou a de exploração. Isso explica parcialmente a razão pela qual há escassez", disse Xu.

No ano passado, o governo aprovou um plano de 10 anos para a exploração no país. "Nós deveríamos também estudar como conservar e utilizar de forma completa os recursos minerais", citou.

As autoridades locais tentam estabelecer um sistema de gestão de recursos que inclui avaliação de indicadores de quantidade, qualidade e ambientais. As informações são da Dow Jones.

Fonte: Estadão.com

Data: 22/04/2012



CRÔNICA DE UMA GUERRA DE GIGANTES

É provável que a Vale já estivesse produzindo potássio em Sergipe, não fosse uma renhida disputa comercial, às vezes ideológica, com a Petrobras, particularmente nos últimos três, quatro anos. Para tocar o projeto, a Vale, uma ex-estatal, precisava que a Petrobras, dona da concessão da mina Taquari-Vassouras, prorrogasse por mais 30 anos o contrato de arrendamento da mina, o que enfim ocorreu ontem, após intervenção direta da presidente Dilma Rousseff. A crônica da exploração do potássio sergipano conta um pouco da história de duas gigantes brasileiras.

Nos idos dos 70 a Petrobras ainda cuidava de mineração, por meio da Petrobras Mineração (Petromisa), estatal criada no governo do presidente Ernesto Geisel e extinta no governo Fernando Collor, em março de 1990. A Petrobras ficou com a concessão da mina de potássio em Sergipe, que arrendou para a Vale num contrato válido até 2017. No início do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Vale procurou o governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), amigo, compadre e aliado político de Lula.

À época, o presidente da Vale era Roger Agnelli, executivo que projetou internacionalmente a empresa, mas também colecionou trombadas com o governo do PT e com a Petrobras. A Vale, privatizada havia dez anos (1996) no governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, comunicou que desenvolvera e patenteara tecnologia específica para extrair o potássio da carnalita, a opção ao esgotamento das reservas de Sergipe, que estão próximas do esgotamento. Montara inclusive uma usina piloto para testar a viabilidade econômica do projeto, num investimento de US\$ 100 milhões,

Disputa entre Vale e Petrobras atrasou projeto sergipano

O Projeto Carnalita é um investimento estimado, na fase inicial, em US\$ 2 bilhões, podendo chegar a US\$ 4 bilhões, em até 30 anos. Deve começar a produção em 2014. Mas para tanto, a Vale precisava que a Petrobras renovasse o contrato de arrendamento. Do contrário, o investimento não faria sentido.

Dilma foi a Sergipe ontem para a assinatura desse contrato, que teve signatários diferentes daqueles que participaram das negociações inconclusivas: em vez de José Sérgio Gabrielli, pela presidência da Petrobras assinou Maria das Graças Foster. No lugar de Agnelli, a caneta do novo executivo da Vale, Murilo Ferreira.

"Negociei com dois presidentes da Vale, dois presidentes da Petrobras e dois presidentes do Brasil", gabava-se ontem Marcelo Déda, após a assinatura do novo contrato de arrendamento.

Quando soube do projeto da Vale, Déda tratou de mapear os problemas. "Não queria ser instrumento de uma ou de outra". Os técnicos do governo de Sergipe avaliaram que o projeto era estratégico para Sergipe, o menor Estado da federação, fornecedor de 90% do potássio consumido no país.

Déda teve dois aliados inesperados. A conjuntura internacional, na qual o Brasil despontava como grande produtor e exportador de alimentos, e Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, indicado pelo PMDB, entre março de 2007 e março de 2010, quando deixou o governo para ir correr às eleições. O ministro conseguiu colocar na agenda econômica do então presidente Lula a redução da vulnerabilidade brasileira - um grande exportador de commodities - na área de fertilizantes (o país importa 70% do que consome). Com o Projeto Carnalita, a Vale prevê duplicar a quantidade de potássio produzida no país, passando a 1,2 milhões de toneladas ao ano. Em 30 anos, pode triplicar.

Quando o assunto entrou na agenda do governo federal, Déda bateu às portas de Lula. O presidente o autorizou a procurar a Petrobras para conversar. O governador procurou as duas empresas e fez um mapa do litígio. De início, a Petrobras suspeitou que a Vale tentava entrar na área petroquímica, por causa de uma empresa de fertilizantes que comprou no Sul do país. A Petrobras, então, ameaçou voltar à mineração (terreiro da Vale), que deixara em 1990.

O foco da discussão deveria ser a renovação do arrendamento, pois a Vale queria uma garantia jurídica para convencer seus acionistas a tocar um investimento de 30 anos. Nesse meio tempo, a Vale entrou num gigantesco projeto de US\$ 4 bilhões para a exploração de potássio na província de Mendoza, na Argentina. Desta vez foi o governo que passou a desconfiar que a Vale queria "sentar em cima" do potássio de Sergipe - o único produtor nacional; há reservas identificadas na Amazônia, mas de difícil exploração.

A velha guarda da Petrobras, mais nacionalistas e mais estatizante voltou a defender a volta da Petrobras à mineração. Como pano de fundo, a ideologia: a Vale era agora uma empresa privada. A reação da velha guarda e uma entrevista de Agnelli criticando Lula e a Petrobras jogaram por terra a negociação, que voltou a estaca zero. Elas só foram retomadas no governo Dilma, que chamou os dois presidentes e deu um prazo para que eles resolvessem (Gabrielli ainda estava na Petrobras, mas Agnelli já fora substituído por Murilo Ferreira)

Além da prorrogação, a Vale precisava que a Petrobras lhe garantisse o fornecimento de 700 mil metros cúbicos de gás natural. Gabrielli e Graça Foster assinam, em Aracaju, um documento que assegura o fornecimento de matéria prima para gerar energia ao projeto, mas manteve na estaca zero a questão do arrendamento. Lula ainda formou uma comissão e estabeleceu prazos, mas as eleições consumiram o ano de 2010.

Dilma convocou as duas empresas e deu prazo a elas para resolver o assunto. Tudo corria bem quando chega-se a um impasse técnico: em um terço da área há ocorrência de petróleo e carnalita, de modo que a exploração de um pode prejudicar o outro inclusive com riscos para a segurança. Vale e Petrobras decidiram assinar um protocolo: vão estudar alternativas técnica de exploração conjunta ou um cronograma de exploração. De todos os envolvidos na disputa, ontem Dilma não citou apenas um nome. O de Agnelli.

Fonte: Valor Econômico

Autor: Raymundo Costa

Data: 24/04/2012

ITAOESTE ANUNCIA DESCOBERTA DE MINERAL RARO NA BAHIA

Conhecido na década de 1990 como "rei da soja", o empresário Olacyr de Moraes vai comunicar amanhã ao Ministério de Minas e Energia a descoberta de uma importante jazida de **escândio** no município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano.

Ao Valor, o empresário afirmou tratar-se de um dos minerais mais raros do planeta, utilizado na estrutura de foguetes e trens de pouso de aviões, entre outras aplicações. "É um material estratégico e caríssimo, devido à sua resistência e leveza", contou Olacyr.

De acordo com ele, que desde 2002 controla a empresa de pesquisa mineral Itaoeste, nos próximos dez dias será possível determinar o tamanho exato da jazida. "Ainda não sabemos ao certo, mas posso adiantar que é muito grande", informou.

O diretor de Negócios Internacionais da Itaoeste, André Guzman, informou que a descoberta colocará o Brasil no rol dos países detentores de minerais raros. Segundo Olacyr, os maiores produtores de escândio do planeta são Rússia, Estados Unidos e China, ainda assim em volumes pequenos.

Fonte: Valor Online

Data: 03/05/2012

GERDAU VENDERÁ ATÉ 5 MILHÕES DE TONELADAS DE MINÉRIO DE FERRO AO ANO

Além de garantir a autossuficiência de minério de ferro para a Açominas até o fim deste ano, os investimentos da Gerdau no setor de mineração deverão gerar um excedente de até cinco milhões de toneladas anuais da matéria-prima para comercialização no mercado a partir de 2014.

O volume equivale à diferença entre as 6,5 milhões de toneladas necessárias para o suprimento integral da usina de Ouro Branco (MG) e a produção estimada de 11,5 milhões de toneladas por ano no fim do período.

"O que vai ser produzido extra, nós vamos comercializar", disse André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente do grupo siderúrgico, em teleconferência com jornalistas para comentar os resultados da companhia no primeiro trimestre.

De acordo com ele, o projeto de "monetização" da produção excedente de minério de ferro em Minas Gerais continua em andamento e o número de potenciais parceiros para o negócio já foi reduzido. "Agora estamos na parte das visitas", disse, sem especificar uma data para a definição do futuro sócio no negócio.

Ontem à noite a Gerdau anunciou investimentos de R\$ 838 milhões para ampliar a capacidade atual de produção de minério de ferro de 6,5 milhões de toneladas para 11,5 milhões de toneladas até 2014.

O plano inclui uma segunda unidade de tratamento da matéria-prima na mina de Miguel Burnier (MG) e um sistema de logística com uma nova estrada, um terminal ferroviário ainda em definição e uma correia transportadora de nove quilômetros de extensão para levar o material até Ouro Branco.

O alto custo das matérias-primas (minério de ferro, carvão metalúrgico e sucata) foi um dos fatores apontados pela Gerdau para a redução das margens no primeiro trimestre do ano. Conforme o grupo, a receita líquida consolidada cresceu 10% nos três meses ante igual período de 2011, para R\$ 9,2 bilhões, mas a margem bruta recuou de 14% para 12% no período, enquanto a margem de lucro antes de juros, impostos, amortizações e depreciações (Ebitda, na sigla em inglês) diminuiu de 13% para 11%.

Fonte: Valor Econômico

Autor: Sérgio Bueno

Data: 03/05/2012



TAXA SOBRE MINERAÇÃO NO PARÁ ENTRA EM VIGOR EM MAIO

Começa a vigorar nesta semana, no Pará, a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM). O tributo será cobrado a partir de maio de toda a produção de extração mineral do estado.

A nova taxa estadual foi criada pela Lei paraense 7.591, aprovada em dezembro do ano passado, e regulamentada pelo Decreto 386, de março deste ano. Aplica-se tanto às pessoas físicas quanto às jurídicas que tiverem direito à exploração mineral no Pará.

De acordo com o artigo 6º da lei, os mineradores devem pagar três Unidades Padrão Fiscal paraenses (UPF-PA) por tonelada de minério explorada por mês. Cada UPF do Pará, para 2012, de acordo com a Portaria 1.083/2011, da Secretaria de Fazenda do estado (Sefa), custa R\$ R\$ 2,3020. Os contribuintes têm até o último dia do mês seguinte ao do fato gerador para pagar.

Segundo informações da Sefa, a taxa surgiu de um anteprojeto de lei escrito pela Diretoria de Tributação da Secretaria, que foi enviado à Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). A lei isenta da taxa os microempreendedores e as micro e pequenas empresas. A ConJur não conseguiu contato com a Diretoria na última sexta-feira (27/4).

O novo tributo ainda não começou a valer, mas desde janeiro empresas do ramo da mineração que atuam no Pará já se mostraram insatisfeitas. Uma fonte que não se quis identificar à reportagem conta que os últimos meses foram de negociações a portas fechadas.

Segundo os relatos, o objetivo da taxa é tributar a mineração de ferro, maior atividade industrial do estado, mas hoje considerada uma atividade subtributada. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a produção nacional de minério de ferro foi de 321 milhões de toneladas em

2011. Ao todo, a mineração, de forma geral, representou 0,4% do PIB nacional, e 1,57% do PIB industrial (Clique aqui para ler o relatório).

Segundo os dados mais recentes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), também do governo federal, o Brasil produziu 406 milhões de toneladas de ferro em 2009, o que movimentou R\$ 25 bilhões. No mesmo ano, ainda de acordo com o DNPM, no Pará, a produção de ferro foi de 93 milhões de toneladas, movimentando R\$ 8 bilhões. Estima-se que a Vale responda por 80% desse total.

Fonte: Consultor Jurídico

Autor: Pedro Canário

Data: 30/04/2012

O ESTADO DE S. PAULO

VALE DIZ AGORA OLHAR COM 'VIÉS POSITIVO' PROJETO NA ARGENTINA

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, revelou ontem que o diagnóstico sobre o projeto de potássio Rio Colorado que a mineradora desenvolve na Argentina deve ficar pronto até o dia 20. O investimento passa por uma reavaliação em função do atual cenário de maior incerteza econômica e política no país.

Segundo o executivo, caso o estudo esteja "maduro", será levado à próxima reunião do Conselho de Administração da companhia, prevista para o próximo dia 25 de maio. Apesar dos desafios na região, Ferreira enfatizou que a companhia trabalha com um "viés positivo" para o desenvolvimento do projeto. "Vamos olhar com o máximo interesse em fazer o projeto", disse. Orçado em US\$ 5,9 bilhões, Rio Colorado é um dos maiores investimentos da companhia atualmente. Além do empreendimento na Argentina, a Vale ainda toca projetos de fertilizantes no Brasil e no Peru.

A previsão inicial era de que o Rio Colorado entrasse em operação em 2014. Localizado na região de Mendoza, o investimento foi planejado para ter uma capacidade inicial de 2,1 milhões de toneladas de potássio por ano, com previsão de expansão para 4,3 milhões de toneladas.

O executivo informou ainda que até o fim do semestre, a Vale define os rumos dos ativos de óleo e gás. "Estamos terminando os estudos", concluiu.

Fonte: O Estado de S.Paulo

Autor: Mônica Ciarelli

Data: 04/05/2012

O LIBERAL

FILME RECRUTA ATORES EM SERRA PELADA

Drama estreado por Wagner Moura contará a história da febre do ouro

O Filme "Serra Pelada", que começará a ser rodado em junho na cidade de Curionópolis, no sudeste do Pará, irá contar com pelo menos 120 personagens que residem na região. Parte integrante da produção do longa já está trabalhando desde a semana passada nos municípios de

Parauapebas e Curionópolis, cadastrando atores ou atrizes interessadas em participar do filme. Em conversa com O LIBERAL, o produtor Ivan Oliveira disse que a ideia é retratar, com fidelidade, como funcionava o garimpo de Serra Pelada nos anos 80. "Estamos entrevistando pessoas interessadas em participar do filme. Já cadastramos os nomes de vários moradores da região", disse ele.

De acordo com integrantes da equipe do longa, os trabalhos iniciais envolvem entrevista com garimpeiros e checagem de locais para possíveis locações. "Estamos verificando também as questões sobre hotéis e locação de veículos que serão usados no filme", afirma o produtor. Os contatos com a produção do filme Serra Pelada podem ser feitos diretamente com os produtores Letícia Naveira e Ivan Oliveira pelos telefones 094- 9145-0077, 094-8129-5125.

O filme "Serra Pelada", que será rodado em oito semanas, tem como pano de fundo o surgimento do antigo garimpo, a 35 km de Curionópolis (PA). O garimpo foi desativado em 1992 pelo então presidente Fernando Collor de Melo e hoje vive uma nova realidade, graças a uma parceria entre a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) e a empresa canadense Colossus. A partir de meados de 2013 começará a produção na nova mina, para a alegria de quase 38 mil garimpeiros. O filme será uma obra de ficção, mas contará a história de um carioca que acaba parando em Serra Pelada, no início do garimpo, "bamburra", fica rico, se envolve em brigas e vive uma ardente paixão amorosa. A produção será dirigida pelo cineasta Heitor Dhalia.

O ator Wagner Moura será o protagonista e também um dos coprodutores do filme. A trama se passa em 1978, quando dois amigos, Javier (Moura) e Joaquim, partem do Rio de Janeiro em direção à floresta amazônica para encontrar ouro, mas a gana pelo poder e pela riqueza fácil vai abalar a relação dos dois. De acordo com a sinopse do filme, divulgada pela Warner Bros, o personagem de Moura se transformará em um gângster. "Serra Pelada retratará a febre pelo ouro, cobiça e violência, mas especialmente uma grande amizade", afirma Dhalia, que também é o coprodutor e roteirista do projeto, cuja história foi idealizada em 2008. "Há muito a ser explorado nessa história, que marcou uma época no Brasil e ainda não foi contada nos cinemas", adiantou o diretor.

Fonte: O Liberal

Autor: Evandro Corrêa

Data: 29/04/2012



TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO INFLUENCIA COMPETITIVIDADE DOS PAÍSES

A transparência na aplicação dos recursos oriundos dos royalties recolhidos pelas mineradoras é fator altamente influenciador da competitividade de países que têm atividade econômica relacionada à exploração de recursos minerais. Esta é a opinião de Erik Goldsilver, Sócio da empresa Cassels Brock & Blackwell LLP (Canadá), que participou do painel "Gestão e transparência dos royalties da mineração" no último dia do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário, em Salvador, Bahia.

Segundo Goldsilver, sem transparência no uso das receitas de royalties alimenta-se “a fraude, a corrupção, abre-se espaço para o autoritarismo (de governo), cria-se ambiente instável e inseguro para investidores, especialmente estrangeiros”. Ao incentivar a transparência, disse o especialista, “é possível conhecer devidamente a riqueza mineral de um país”.

Em sua apresentação, Goldsilver mencionou uma série de mecanismos adotados mundialmente para estimular a transparência na aplicação dos recursos oriundos dos royalties. Um deles é o EITI – Extractive Industries Transparency Initiative, lançado em 2002 pelo então 1º Ministro britânico, Tony Blair. Atualmente, 13 países aderiram e outros 20 pleiteiam o mesmo. Estados Unidos e Austrália estão entre esses 20.

Em suma, o EITI é um atestado internacional de transparência dos recursos pagos pelas mineradoras aos governos e outros entes e também dos investimentos realizados com estas receitas. Todas as contas são validadas pelo EITI.

Outro instrumento para estimular a transparência é o ICMM – Conselho Internacional de Mineração e Metais, do qual o IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração e algumas de suas associadas participam. O ICMM tem por uma de suas principais atribuições promover a sustentabilidade da indústria mineral. A entidade endossa o EITI e estimula os países a aderirem ao EITI. Atualmente, 21 companhias mineradoras integram o ICMM, bem como 31 entidades empresariais de vários países.

A Advogada Priscilla Ramos Netto Viana, consultora da AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, participou do painel e disse que no Brasil a legislação e as instituições de fiscalização – Tribunais de Contas dos estados – avançam no controle e na promoção de transparência da aplicação dos recursos oriundos da CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais pelos municípios. A CFEM é o royalty recolhido pelas mineradoras no Brasil.

Ela mencionou que a Lei de Responsabilidade Fiscal exigirá que os municípios publiquem e divulguem todas as suas receitas, despesas e investimentos e que os tribunais de contas passaram a exigir dos municípios prestação de contas mensal, de modo a aperfeiçoar a fiscalização sobre o uso dos recursos da CFEM, entre outros.

Viana reconheceu que há municípios que não investem os recursos em consonância com a legislação e também citou exemplos de cidades que utilizam adequadamente as receitas de modo a desenvolver outras atividades econômicas: Itabirito, Itabira e São Gonçalo do Rio Abaixo (os três de Minas Gerais), Forquilha (SC) e Minaçu (GO). “Alguns criaram fundos para reunir os recursos financeiros e investir no município. Outros, como São Gonçalo do Rio Abaixo investiram na criação de um distrito industrial para atrair mais empresas, tanto do setor mineral quanto de outros setores para promover a diversificação da atividade econômica”, disse.

O painel sobre royalties foi coordenado por Frederico Munia Machado, Coordenador de Assuntos Minerários do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

Fonte: IBRAM

Data: 04/05/2012

FUTURO DA SERRA DO GANDARELA ESTÁ PRÓXIMO DE UMA DECISÃO

Audiências buscam contribuições para definir o destino do local, onde a mineradora Vale planeja investir R\$ 4 bilhões

Começa nesta segunda-feira (7), em Raposos, uma série de seis audiências públicas que contribuirão para definir o que será feito na Serra do Gandarela, onde o Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio) desenvolveu projeto para criação do Parque Nacional, para preservação das riquezas naturais como os recursos hídricos e a Mata Atlântica. Por outro lado, a mineradora Vale planeja a abertura na região de uma mina de ferro de grandes proporções, sob aporte de R\$ 4 bilhões.

O dilema que será debatido se refere a qual dos dois empreendimentos será executado e sobre a possibilidade da convergência dos interesses, com a retirada de uma parte da área destinada ao Parque para a atividade mineradora.

O Parque deverá abranger parte dos municípios de Caeté, Santa Bárbara, Barão dos Cocais, Raposos, Ouro Preto, Rio Acima, Itabirito e Nova Lima, todos no Quadrilátero Ferrífero. A mina seria explorada entre Caeté, Rio Acima, Santa Bárbara e Raposos. As audiências públicas foram agendadas após o Ministério Público Federal conseguir, na Justiça Federal, uma liminar obrigando o ICMBio a convocá-las ainda nos primeiros seis meses deste ano.

Na cidade de Raposos, que receberá a primeira audiência, o prefeito Nélcio Duarte Neves, não quis comentar o assunto. A Vale comunicou que o empreendimento está em fase de licenciamento, seguindo rigorosamente os trâmites legais, e que na fase de obras devem ser gerados cerca de 4 mil empregos e, na operação, aproximadamente mil postos de trabalho. Disse, ainda, que participou ativamente do grupo técnico que debateu os melhores caminhos para o aproveitamento dos recursos naturais em compatibilidade com a preservação ambiental da região.

Nesta terça-feira (8), a audiência pública está agendada para Caeté. O prefeito do município, Ademir da Costa Carvalho, disse que pode existir harmonia entre o Parque Nacional e a mina Apolo. “O Parque terá 38 mil hectares e a mina vai precisar da retirada de menos de 4% disso. O Parque não vai gerar nada para o município e a mineração trará emprego e renda”, argumentou. De acordo com ele, o orçamento do município, que hoje é de R\$ 40 milhões, saltaria para R\$ 200 milhões com as receitas tributárias oriundas da mineração.

Por outro lado, a presidente do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté (Macaca), Ana Flávia Gonçalves, lembra que a área que a mineradora quer que seja retirada do projeto do Parque é onde estão os mananciais hídricos. “A Vale quer que seja destinada à mineração regiões de Caeté, Raposos e Rio Acima, onde está o Ribeirão do Prata, com águas cristalinas e potável”, afirmou.

Ela ainda lembra que a região é a última no Quadrilátero Ferrífero onde ainda existem remanescentes de cangas. Esse tipo de vegetação tem a função de direcionar água para porosidades de rochas mineralizadas, que tem grande capacidade de armazenamento, criando nascentes de rios. Essa água armazenada também é importante para manter o equilíbrio das matas atlânticas, normalmente vizinhas.

FOLHA DE S.PAULO

EM 5 ANOS, PARÁ DEVE SER LÍDER EM MINÉRIOS

Expectativa é que Estado supere Minas Gerais como o maior produtor do país, após receber investimentos de US\$ 41 bi

Exportação de minério do Estado alcança US\$ 13,7 bi em 2011, o equivalente a 44% do saldo comercial do país

O Pará será em cinco anos a nova Minas Gerais brasileira. É quando o Estado deve assumir a liderança da produção nacional de minérios.

Hoje, Minas Gerais produz 40% dos minerais extraídos no país, e o Pará, 20%.

Mas o fluxo de investimentos previstos para os próximos quatro anos deve dar novo impulso à produção no Estado, proporcionando escala sem precedentes à sua indústria mineral.

Dados do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) indicam que só o Pará vai receber US\$ 41 bilhões em novos recursos até 2016.

Desse total, US\$ 24 bilhões serão aplicados apenas na exploração mineral, do ferro ao cobre, do níquel ao ouro, da bauxita à cassiterita.

Minerais nobres, como paládio e platina, também fazem parte dessa lista.

DÁDIVA GEOLÓGICA

Geólogos classificam o Pará como "uma dádiva divina". Mas o acaso, que começou há mais de 2 bilhões de anos, fez do Estado a maior região do mundo em variedade mineral. Uma riqueza, porém, que nem o governo do Pará sabe quantificar.

"Há cerca de mil mineradoras atuando no Pará. Conhecemos, no máximo, 50. Há um total desconhecimento sobre o que está acontecendo em termos de exploração no Estado", diz David Leal, secretário de Mineração.

O Estado também reconhece que o Pará pode, pela falta de política, de logística, de fiscalização e de organização da gestão pública, estar sendo saqueado em milhões ou até bilhões de reais.

Sobre o que é controlado, o Estado registrou um salto relevante entre 2010 e 2011. Os royalties gerados na exploração renderam quase R\$ 150 milhões a mais em um ano, ao saltarem de R\$ 315 milhões para R\$ 462 milhões.

A indústria da mineração exportou, só em matéria-prima, US\$ 13,7 bilhões em 2011. Cifra que entrou no Brasil e ajudou o país a engordar o saldo da balança comercial.

Só a mineração paraense exportou o equivalente a 44% do superavit total do país, de US\$ 29 bilhões em 2011.

E mais projetos para exportação estão a caminho.

A Hydro Brasil, empresa que assumiu a mina de bauxita da Vale, em Paragominas, vai investir US\$ 1 bilhão para aumentar de 10 milhões para 15 milhões de toneladas a capacidade de produção da mina. O projeto também vai viabilizar uma nova refinaria de alumina, em Barcarena.

[Veja o vídeo da matéria clicando aqui](http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1086045-em-5-anos-para-deve-ser-lider-em-mineracao-veja.shtml) ou copie e cole o link no seu navegador:
<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/1086045-em-5-anos-para-deve-ser-lider-em-mineracao-veja.shtml>

Fonte: Folha de S. Paulo

Data: 06/05/2012



EMERGENTES PASSAM AO CENTRO DE GRAVIDADE DE INVESTIMENTOS

"É isso o que acontece quando você dá tempo a um engenheiro para sonhar".

Falando aos borbotões, o bilionário Eike Batista deu uma desacelerada no discurso para resumir a ousada meta de seu mais recente projeto: **um megaporto para despachar recursos naturais do Brasil para a China.**

Mais adiante na nossa entrevista, o empresário enumerou os sócios estrangeiros que apoiavam a visão. Um deles chamou minha atenção: a Mubadala Development Co.

Em março, o fundo soberano de Abu Dhabi investiu US\$ 2 bilhões por uma participação de cerca de 5% no Grupo EBX, a holding de Eike Batista.

Repetindo: empresário brasileiro constrói um porto gigantesco para atender a demanda chinesa de commodities e recebe investimentos de um fundo soberano do Oriente Médio.

Notou algo faltando aí? Nenhuma dessas transações envolveu um país desenvolvido.

Com Estados Unidos e Europa atolados nas respectivas crises, o centro de gravidade do mundo investidor vai se deslocando lentamente rumo a países em desenvolvimento.

Sem oportunidades de crescimento no mundo desenvolvido — sua seara tradicional —, **fundos soberanos, empresas e investidores radicados em economias emergentes estão passando ao longe de países desenvolvidos e injetando dinheiro em mercados em desenvolvimento de rápido crescimento.**

Se essa migração de capital para o sul e para o leste continuar, as implicações para economias do primeiro mundo, para seus mercados e, possivelmente, para o papel do dólar como moeda de reserva internacional serão profundas.

Muita saliva já foi gasta para falar do **fluxo comercial "sul-sul" que une nações emergentes como Brasil e China.** Agora, há sinais de que fluxos de investimento também estão seguindo essa direção.

Segundo a Dealogic, em cada um dos últimos três anos, as transações entre compradores e **vendedores de mercados emergentes responderam por pelo menos 12% do volume total de fusões e aquisições no mundo todo. Em 2000, por apenas 2%.**

Cinco anos atrás, fusões e aquisições entre países do BRIC — Brasil, Rússia, Índia e China — totalizaram cerca de US\$ 600 milhões. Em 2011, ultrapassaram os US\$ 11 bilhões.

E não são só fusões e aquisições. Um fundo soberano russo há pouco fez uma joint venture de US\$ 2 bilhões com a China Investment Corp. (CIC) para investir em empresas com interesses nos dois países. Num congresso do Milken Institute na semana passada, Gao Xiqing, presidente da CIC, disse que entre 15% e 20% do fundo de investimento estatal estão em mercados emergentes, embora esses mercados respondam por apenas 5% do valor mundial do mercado acionário.

Até gestores de fundos do mundo desenvolvido estão sob pressão de clientes em mercados emergentes para encontrar alvos de investimento nessas regiões do mundo.

"Cada vez mais, quando dizemos a um cliente que devia investir em ações de empresas estrangeiras, ouvimos de volta o seguinte: o que você tem para me oferecer na América Latina ou em países emergentes da Ásia?", diz Jim McCaughan, diretor-presidente da Principal Global Investors, que tem mais de US\$ 258 bilhões sob gestão.

Parte dos motivos para essa mudança é tática. Gestores de ativos de todas as nacionalidades buscam crescimento — e as economias desaquecidas dos EUA e da Europa não são, neste momento, as mais qualificadas nesse quesito.

Experiências negativas, como as grandes perdas sofridas por fundos soberanos com o investimento em bancos americanos durante a crise, também deixaram investidores de países emergentes com o pé atrás diante de mercados desenvolvidos.

Mas há correntes mais profundas em jogo, como a geopolítica. Gao foi tipicamente franco ao dizer: "Sentimos muita resistência por parte de governos de países desenvolvidos (...), por isso temos de diversificar e aplicar bastante dinheiro em mercados emergentes".

O desejo de abreviar a distância entre volumes de comércio e investimento é outro forte motor. Kirill Dmitriev, diretor do Fundo de Investimento Direto Russo, que está se aliando à CIC, calcula que o fluxo de bens e serviços entre China e Rússia seja de US\$ 82 bilhões ao ano — e que investimentos respondam por apenas uma pequena fração disso. "Há potencial para que cresçam", diz.

Dizer que esses episódios são uma tendência estrutural provavelmente seria prematuro. Mas o mundo desenvolvido seria tolo de ignorá-los.

Vistas por muito tempo como destinatários passivos — e gratos — do investimento estrangeiro, economias emergentes da Ásia e da América Latina hoje exibem segurança no mercado de capitais internacional. É sua vez de comprar, queira ou não, o mundo desenvolvido.

Uma implicação imediata é que investidores de olho em mercados emergentes devem aplicar não só com gestores de ativos no mundo desenvolvido que investem na China ou no Brasil, mas também em fundos locais que investem no mundo em desenvolvimento.

A longo prazo, se mercados intraemergentes seguirem crescendo — e se esses países criarem uma indústria de investimento privado que complemente fundos soberanos —, mercados de capitais

de países desenvolvidos podem ser prejudicados. E a posição do dólar como a principal moeda internacional ficaria ameaçada.

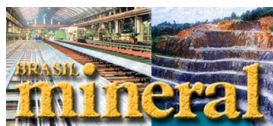
Levaria anos — senão décadas — para que esse cenário se materialize. Até lá, poderosas forças de investimento agitam o sul e o leste do planeta.

É como me disse Eike Batista: "Nos Estados Unidos, você tem o sonho americano. No Brasil, estamos construindo o sonho brasileiro".

Fonte: Valor Econômico

Autor: Francesco Guerrera

Data: 08/05/2012



DIREITO MINERÁRIO: PARA O IBRAM, SETOR ESTÁ ESQUECIDO NAS ESCOLAS

“Apesar da importância que a mineração brasileira tem para o desenvolvimento socioeconômico, constatamos que o Direito Minerário ainda está esquecido na maioria das escolas de advocacia do País”, disse o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, José Fernando Coura, na abertura do II Congresso Internacional de Direito Minerário, realizado em Salvador, de 2 a 4 de maio e promovido pelo Ibram, DNPM e Escola da Advocacia Geral da União, com apoio do governo do Estado da Bahia e várias empresas do setor. No evento, que reuniu quase 400 profissionais e empresários do setor mineral, foram discutidos como temas principais as Tendências Mundiais de Regulação do Setor Mineral, Medidas de Restrição ao Aumento da Aquisição Internacional de Recursos Minerais, Financiamentos de Projetos de Mineração e seus Desafios, Integração entre Legislação Ambiental e Mineral, Mineração em Terras Indígenas, Saúde, Segurança e Relações Trabalhistas na Atividade, Gestão de Transparência dos Royalties na Mineração, Mineração no Mar, Marco Regulatório para o Setor de Agregados, Contratos Típicos de Mineração, Conflitos entre Mineração e Outras Atividades, Novo Código Florestal e os Impactos na Mineração. Fernando Coura disse também, na ocasião, que o setor mineral espera logo a aprovação do novo marco regulatório e que o mesmo deve ser resultado de um amplo entendimento entre todos (governo, legislativo, setor produtivo e comunidades locais).

Fonte: Brasil Mineral

Data: 04/05/2012



VALE VENDE ATIVOS DE CAULIM POR US\$ 30,1 MILHÕES

Com a venda da Cadam, sediada no Amapá, a Vale consolida a alienação do negócio de caulim

A Vale vendeu sua participação de 61,5% na Cadam para a KaMin LLC (KaMin), uma companhia de capital fechado nos Estados Unidos, por US\$ 30,1 milhões.

A Cadam é uma produtora de caulim - minério composto de silicatos hidratados de alumínio -, que opera mina a céu aberto no estado do Amapá, e uma usina de beneficiamento e um porto privado, ambos no estado do Pará.

A mina e a usina são interligadas por um mineroduto de 5,8 quilômetros.

O montante a ser recebido pela mineradora brasileira pelo controle acionário da Cadam será pago durante um período de cinco anos.

"A venda é parte de nossos esforços contínuos de otimização do portfólio de ativos. Juntamente com a venda da Pará Pigmentos (PPSA), em 2010, a venda da Cadam consolida alienação do negócio de caulim", afirmou a Vale em comunicado.

Segundo a companhia, a estratégia de crescimento e criação de valor sustentável engloba múltiplas opções, "e uma gestão ativa de portfólio é uma ação muito importante para otimizar a alocação de capital e focar a atenção da administração."

Fonte: Brasil Econômico

Data: 07/05/12



MINERAÇÃO: CRIAÇÃO DE FUNDO SOCIAL DEVE SER DEBATIDA PELO CONGRESSO

"A ideia da criação de um fundo social e comunitário da mineração é viável" disse o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Claudio Scliar, em audiência pública, que aconteceu nesta quinta-feira (3), na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O secretário explicou que com a elaboração do novo marco regulatório da mineração a ideia é que seja exigido que uma parte dos royalties seja usada na reparação de danos provocados pela atividade minerária e também na promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios mineradores.

"Nós temos uma grande preocupação com a questão social, principalmente nessas regiões que existem atividade mineral, por isso nós realizamos um conjunto de ações no intuito de minimizar os problemas existentes", finalizou Scliar. Segundo o secretário, os problemas atuais são consequências de um código antigo e que por essa e outras questões também importantes está sendo proposto um novo código de mineração. Segundo o secretário um dos problemas do setor mineral hoje é a baixa participação governamental na renda mineral. "Os nossos royalties são muito baixos", afirmou.

Cláudio Scliar, afirmou que os indicadores sociais ruins de alguns estados não são fruto apenas da atividade de mineração. "A mineração compõe 3,8% do Produto Interno Bruto brasileiro", disse o secretário que explicou ainda que o Brasil não é um país mineiro e que a mineração é importante apenas para alguns estados. Enfatizou que todos os aspectos que envolvem a criação de um Fundo Social têm que ser amplamente discutidos e deverão ser revestidos sob uma proposta parlamentar.

Para o professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) Rodrigo Salles Santos, com a proposta de criação de fundo social a intenção é que o Estado ceda parte dos royalties obtidos com a

atividade para os fundos sociais. “Os fundos, diferentemente dos royalties, beneficiariam diretamente as populações afetadas”, explicou.

O advogado Guilherme Zagalo, que estava representando a rede social Justiça nos Trilhos, disse que falta ao governo agregar à sua proposta o ponto de vista das comunidades afetadas pela mineração. A intenção da rede social é de que a proposta de fundos sociais seja agregada ao anteprojeto de novo código de mineração.

A audiência foi proposta pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Domingos Dutra (PT-MA). Segundo o deputado é preciso que haja uma repartição da riqueza mineral produzida no Brasil, de forma a diminuir as desigualdades sociais no País.

Participaram da audiência movimentos sociais ligados aos direitos humanos e à defesa do meio ambiente, além de sindicalistas e representantes de movimentos comunitários, que defenderam a criação de fundos sociais para reparar os danos causados às comunidades pela atividade de mineração. A ideia é que esses fundos, seja gerido com por conselhos comunitários, receba parte das rendas obtidas com a mineração e apliquem esses recursos não apenas na reparação de danos provocados pela atividade como na promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios mineradores.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 07/05/2012



MINERAÇÃO EM TERRA INDÍGENA AVANÇA NA CÂMARA

Parlamentares que fizeram oposição à demarcação da Raposa do Sol lideram proposta

As reservas indígenas do país poderão ter suas portas abertas para a exploração de recursos minerais, uma prática que hoje é proibida por lei. O tema polêmico ficou no limbo durante quase duas décadas, mas voltou à baila no início deste ano, com a retomada pelo Congresso do Projeto de Lei 1.610, que trata da mineração em terras indígenas. Uma Comissão Especial foi criada na Câmara para tratar exclusivamente do assunto, em discussão na Casa desde 1996. A previsão é que um substitutivo do texto original seja votado e encaminhado ao Senado na primeira quinzena de julho, para depois seguir à sanção presidencial. A proposta, se for adiante tal como está, tem tudo para alterar radicalmente a fotografia da exploração mineral no país.

Pelas novas regras, a entrada de empresas nas terras indígenas fica condicionada ao pagamento de royalties aos índios que tiverem áreas afetadas pela lavra. A empresa que explora o minério tem de desembolsar aos índios algo entre 2% e 3% da receita bruta aferida no negócio durante todo o tempo de exploração. Para administrar esse dinheiro, será criado um fundo específico de captação. A gestão dos recursos e dos repasses que serão feitos aos índios fica nas mãos de um conselho administrativo formado por representantes do governo, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério Público Federal e da população indígena afetada.

A proposta em andamento também altera o modelo de autorização para exploração mineral. Hoje, a permissão de lavra é dada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ao primeiro empreendedor que apresentar o estudo técnico e o pedido de exploração da área, isto é, o critério é a ordem de chegada. No caso das reservas indígenas, essa exploração ficaria condicionada à realização de leilões. A empresa interessada teria de ganhar uma concessão para explorar a região, a qual teria a sua viabilidade exploratória atestada por levantamentos preliminares feitos pelo governo. A licitação das áreas só ocorreria após a realização de audiências com as comunidades indígenas e a emissão de laudos antropológico, ambiental e mineral, além da emissão da Licença Ambiental Prévia concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Outro ponto polêmico trata dos critérios de decisão sobre as áreas que poderiam ser ou não exploradas. Ficou estabelecido que terras indígenas ocupadas por aldeias que nunca foram contatadas devem ser mantidas como estão, sem nenhum tipo de ação exploratória. Em todas as demais, porém, a palavra final sobre a possibilidade de execução de lavra seria dada pelo Palácio do Planalto. Na prática, significa que os índios sempre seriam ouvidos e teriam espaço para apresentar seus pedidos de compensação para liberar a terra, mas não teriam poder de veto sobre a execução de um projeto.

A Funai apoia a proposta. "Acompanhamos o assunto de perto e esperamos que essa solução saia neste ano", diz Aloysio Guapindaia, diretor do Departamento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai.

Mesmo com as resistências que o assunto enfrenta (ver texto abaixo), o relator do projeto original, senador Romero Jucá (PMDB), afirma que a proposta tem tudo para ser aprovada já no próximo semestre. "O projeto está maduro, o governo acompanha esse assunto de perto e o Ministério de Minas e Energia defende a regulamentação", diz.

Para o relator do projeto atual na Câmara, deputado federal Édio Lopes (PMDB-RR), a proposta conseguiu alcançar um "ponto de equilíbrio" entre o interesse nacional e as demandas indígenas. "Pela primeira vez, temos uma grande possibilidade de aprovarmos essa matéria. Está na hora de regularizar a mineração em terras indígenas. O país não pode mais prescindir desse potencial, sobretudo no arco Norte do país", comenta.

Nesta semana, a Comissão Especial de Mineração da Câmara foi até São Gabriel da Cachoeira (AM), para realizar um seminário sobre o assunto com a comunidade indígena. No dia 11, os parlamentares estarão no município de Presidente Figueiredo, também no Amazonas. No fim de semana, seguirão em viagem até o Canadá, país onde o modelo de exploração de terras indígenas mediante o pagamento de royalty já é aplicado há muito tempo. A ideia, segundo o deputado Padre Tom (PT-RO), é colher detalhes do modelo canadense para aprimorar a proposta do país.

O Brasil tem hoje 608 terras indígenas demarcadas, áreas que somam 109 milhões de hectares, o equivalente a 13% do território nacional. Desse total, 98% estão concentrados na chamada Amazônia Legal, área que envolve os Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e parte do Maranhão.

O Estado de Roraima, por exemplo, tem quase metade de seu território dentro de reserva indígena. No Amazonas, essa fatia é de 20%. O censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que 817 mil pessoas se declararam indígenas, o que equivale a 0,42% da população do país. O número superou em 11% o volume registrado no censo de 2000.

Tema pode esbarrar no Judiciário

A liberação das reservas indígenas para a mineração ainda não é um consenso no governo e tudo indica que haverá dificuldades para levar a proposta adiante. O próprio presidente da Comissão Especial de Mineração na Câmara, deputado Padre Tom (PT-RO), admite que o governo ainda não assumiu claramente o ônus político que o projeto pode gerar, principalmente em um momento em que se aguarda uma definição sobre os rumos do Código Florestal e do próprio Código da Mineração, que promete alterar substancialmente as regras e os encargos pagos pelas empresas na extração de minérios.

"É preciso que o governo tome uma postura decisiva. O Ministério de Minas e Energia já informou que é absolutamente favorável, mas falta uma definição mais clara do Ministério da Justiça [que controla a Funai] e também da Casa Civil", comenta o deputado Padre Tom. A Funai é favorável à regulamentação, segundo Aloysio Guapindaia, diretor do departamento de promoção ao desenvolvimento sustentável da fundação. A Casa Civil foi procurada pelo Valor, mas não enviou um posicionamento sobre o assunto até o fechamento desta edição.

O receio dos parlamentares, principalmente aqueles da bancada ruralista, é de que a proposta tenha o mesmo desfecho de outras disputas polêmicas que já envolveram terras indígenas, como a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O deputado Édio Lopes, que agora relata o novo texto PL 1.610, foi um dos opositores da demarcação contínua da Raposa Serra do Sol. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que arroteiros e fazendeiros que viviam na terra indígena deixassem a área de 1,7 milhão de hectares, o equivalente a 12 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

Na semana passada, o STF chegou a mais uma conclusão em favor dos índios, derrubando títulos de propriedades que foram dados a fazendeiros e agricultores no Sul da Bahia. Em sua decisão, o STF reconheceu o direito dos índios de ocuparem os 54 mil hectares de uma região que, segundo a Funai, faz parte de uma reserva indígena, embora não estivesse homologada.

Seja qual for a decisão final sobre a exploração mineral nas reservas, é certo que o caminho deverá estar repleto de brechas para disputas judiciais. Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a abertura das reservas à mineração irá potencializar os conflitos com as aldeias. "Somos contrários a essa proposta. Na prática, o que vemos é que essa condição de pagamento de royalty ao índio é tão ou mais danosa que a própria extração do minério", diz Cleber Buzatto, secretário-executivo do Cimi. "Essa condição mexe profundamente com a cultura do povo indígena e cria uma série de dependências. Nós não temos sequer noção das consequências que isso pode gerar no futuro."

Na realidade, a aprovação do PL 1.610, segundo Buzatto, seria uma tentativa de driblar o que estava previsto numa regulamentação anterior, que altera o estatuto do índio. O Projeto de Lei 2.057, em tramitação há 21 anos, trata da questão da mineração em um de seus capítulos e garante ao índio a decisão final sobre a autorização da lavra. No texto atual do PL 1.610, esse poder de veto indígena foi retirado, uma imposição que os índios não estão dispostos a acatar.

"Não somos contra a discussão da mineração e estamos abertos ao debate até que essa consulta ampla chegue a toda comunidade, mas precisamos ter assegurada a garantia de nossos direitos", diz Kleber Luiz Santos Karipuna, liderança indígena no Amapá. "Quem quiser dizer sim à mineração, que diga com tranquilidade. Quem quiser dizer não, que tenha respeitada essa posição."

A falta de entendimento sobre o assunto e a dificuldade de debatê-lo com as comunidades também incomoda Francisca Novantina Ângelo, líder indígena no Mato Grosso. "Queremos participar efetivamente para ter clareza sobre o que será feito. É um tema de difícil compreensão para o

movimento indígena, que não tem o domínio técnico e político da discussão e, por isso, pode ser prejudicado", diz.

Mais contundente ainda é a posição da Articulação dos Povos Indígenas Brasil (Apib). "Estamos sendo pressionados para dizer sim a esse projeto, e não para participar de um debate. E se dissermos não? Nós seremos respeitados?", questiona Rosane Kaingang, representante da Apib.

Fonte: Valor Econômico

Autor: André Borges

Data: 09/05/2012



FLOOD OF NICKEL SPARKS PRICE WARNING

More nickel coming onto the market from new or restarted mines is likely to depress the price of the metal used mainly in steelmaking, says Intierra:

“In the near term, according to Intierra Resource Intelligence, the nickel industry faces an era of relatively low prices, certainly in relation to the cost of new production. Against this background, the upsurge in production from new projects raises fears that available supply cannot be absorbed by the market.”

Canada’s First Nickel said last week it nearly doubled production at its Lockerby mine in Ontario in the first quarter compared to Q4 2011. Late last year Royal Nickel (TSX:RNX) said it plans to advance its Dumont nickel project, which would rank as the fourth-largest nickel mine in the world, bested only by prominent mining camps in Russia (Norilsk), Sudbury and China (Jinchuan). And last year Norilsk Nickel, world number one nickel and palladium producer and Russia’s biggest miner, restarted operations at its Maggie Hays mine near Lake Johnston in West Australia.

Intierra notes most of the growth in nickel in recent years has been taken by nickel pig iron, a low-grade ferronickel mainly sourced in China as a cheap alternative to pure nickel. That has left nickel suppliers with a flat market.

Base metals and coal miner Sherritt said at the end of April that declines in nickel and cobalt prices were responsible for halving the company’s earnings in the first quarter.

Nickel almost touched US\$10/lb at the end of January and has since declined to today’s price of \$7.88/lb. The metal showed a double-top pattern in April, hitting peaks of \$8.35 and \$8.28 before slumping. Five years ago nickel traded at \$24/lb.

Fonte: Mining.com

Autor: Andrew Topf

Data: 07/05/2012

NORTE DE MINAS RECEBE R\$ 80 MI PARA INVESTIR EM MINERAÇÃO

Almenara, na região mineira do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, irá receber investimentos de R\$ 80 milhões da Magnesita Refratários. A empresa assinou, ontem, protocolo de intenção de investimentos com o governo de Minas para implantação de um complexo minerador de Grafita. Serão gerados cerca de 200 vagas de emprego direto na região.

O investimento está em fase de licenciamento ambiental e, de acordo com o cronograma do projeto, a exploração de grafita deve começar em 2014, quando a capacidade de produção deverá atingir 40 mil toneladas de mineral.

Segundo o diretor da Magnesita responsável pelo projeto, Vinicius Santos Silva, a reserva de grafita está estimada em 57 milhões de toneladas, com vida útil de 50 anos. "Esse volume garantirá a autossuficiência em grafita, além de adicionar um mineral estratégico ao nosso portfólio, tendo em vista o desequilíbrio de oferta e demanda pela relativa escassez de mineral de qualidade". O diretor lembra que a grafita pode ser utilizada como fonte para energia móvel em baterias de carros elétricos.

Outros protocolos. Contagem, Juiz de Fora e Varginha também tiveram acordos de intenção de investimentos, totalizando o valor de R\$30,5 milhões. Para Contagem, a fábrica de colchões Ortobom vai investir R\$ 3,6 milhões na expansão da unidade, aumentando a produção de espuma para travesseiro em 110 toneladas por ano. Em Juiz de Fora, na Zona da Mata, a Medquímica Indústria Farmacêutica anunciou aporte de R\$ 23 milhões para ampliação da unidade industrial.

Serão geradas 100 novas vagas de emprego. Já no Sul de Minas, em Varginha, a Cellini instala nova fábrica de eletrodomésticos portáteis, com investimento de R\$ 3,9 milhões até 2013.

Fonte: O Tempo Online

Data: 10/05/2012

PESQUISAS MINERÁRIAS TÊM ALTA EM MINAS

Relatórios aprovados pelo DNPM em Minas registraram um crescimento de 217,6% no primeiro trimestre.

Os relatórios de pesquisa mineral aprovados pela superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Minas Gerais registraram um crescimento de 217,6%, mais que o triplo, no primeiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2011. Neste confronto, foram 108 contra 34.

Para o professor do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Hernani Mota de Lima, a demanda por pesquisa mineral em Minas está crescendo graças às possibilidades trazidas pela nova fronteira mineral no Norte de Minas e às jazidas de ouro

espalhadas pelo Estado, especialmente. "No Quadrilátero Ferrífero a procura também é grande", acrescenta.

De acordo com informações do DNPM, no primeiro trimestre, Minas Gerais teve uma participação de 25,4% em relação ao número total de relatórios de pesquisas minerárias aprovados pelo departamento. No período, o Estado ficou na liderança no ranking nacional com 10,1 pontos percentuais de vantagem ao Paraná, que ficou na segunda posição com 14,3%.

Na avaliação do professor, o direcionamento dos pedidos de pesquisa para o Norte de Minas, onde as reservas estão estimadas em 20 bilhões de toneladas de minério de ferro de baixo teor, está associado à evolução das tecnologias de beneficiamento e à forte demanda chinesa.

Desde que a região foi anunciada como a nova fronteira minerária do Estado, em 2007, as reservas espalhadas em uma área que abrange 20 municípios já atraíram a atenção de investidores e grandes players nacionais e internacionais realizam pesquisas no local.

Ouro - A valorização do ouro no mercado mundial, que se intensificou desde a crise de 2008/09 e ganhou mais força com os recentes rombos fiscais dos Estados Unidos e da zona do euro, é outro aspecto que levou ao crescimento do número de pesquisas relacionadas ao metal no Estado, que é responsável por praticamente a metade da produção nacional.

De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entre 2011 e 2015, devem ser aportados no segmento US\$ 2,4 bilhões e Minas Gerais deve receber pelo menos 50% desse montante (US\$ 1,2 bilhão). Atualmente, o metal é o terceiro principal item da pauta exportadora mineira, com participação de 5,1%.

Ainda conforme os números do DNPM, os requerimentos de lavra no Estado durante o primeiro trimestre somaram 45, 125%, mais que o dobro, de crescimento em relação ao número registrado nos mesmos meses de 2011 (20).

O aquecimento das atividades do setor também pode ser mensurado pela arrecadação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (Cfem) no Estado. No acumulado dos primeiros quatro meses deste ano foi verificada uma elevação de 5% ante o idêntico intervalo do ano passado. O resultado passou de R\$ 225,093 milhões para R\$ 236,472 milhões.

Fonte: Diário do Comércio - MG

Data: 09/05/2012

FOLHA DE S.PAULO

PARA ELEVAR COMPETITIVIDADE, SETOR DEPENDERÁ DO CONGRESSO

O governo brasileiro sinaliza que a proposta de um novo marco regulatório para a mineração pode ser encaminhada ao Legislativo neste semestre.

Surge uma grande oportunidade para o Congresso Nacional discutir e aprovar uma legislação moderna, que possa contribuir para atrair novos investimentos e revalidar a condição do Brasil como potência mineral global, além de ser um fator inequívoco à melhoria da competitividade do setor.

Entre as inovações dessa proposta, merecem destaque a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, órgão de assessoramento à Presidência da República, e da Agência Nacional de Mineração, que será o ente regulador da política mineral.

Tais medidas atestam a ascensão da atividade mineral no plano estratégico, econômico e político do país.

Ao avaliarem as mudanças propostas à legislação, os parlamentares devem estar atentos para o fato de o Brasil ainda ser destino tímido de investimentos, especialmente em pesquisa mineral.

Somente o Canadá e a Austrália receberam 31% dos US\$ 18,2 bilhões investidos em 2011 em prospecção geológica. O Brasil ficou com cerca de 3%, menos do que o Peru e o Chile, com 5% cada um.

É impossível encontrar novos depósitos de minérios sem investimento pesado em pesquisa. Parte importante dessa tarefa cabe ao Estado, no provimento de informações geológicas básicas.

Merecerá também reflexão dos congressistas a possibilidade de o marco regulatório vir a proporcionar a criação de mecanismos ágeis de captação de recursos no mercado de capitais, tema comum em outros países mineradores. O Canadá, por exemplo, opera um sistema incentivado, em que os contribuintes investem parte do Imposto de Renda a pagar em empresas de mineração.

Outros pontos fundamentais a serem detalhados nesse novo marco regulatório são segurança jurídica e regulatória, bem como a previsão de mecanismos de incentivo para investimentos em inovação tecnológica e em capacitação de recursos humanos para o setor mineral.

As empresas, a sociedade e o poder público esperam que essa ação do Congresso resulte na criação de uma política duradoura de fomento estratégico ao setor mineral capaz de gerar um fluxo contínuo de recursos para a pesquisa geológica, que, por sua vez, leve a novas descobertas, realimentando a atividade.

O objetivo final desse esforço deve ser a sustentabilidade ambiental, social e econômica, equilibrando-se os interesses públicos e privados em relação à questão, em consonância, portanto, com a maturidade de nossas instituições e o diálogo democrático. RINALDO CÉSAR MANCIN é diretor de assuntos ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Fonte: Folha de S. Paulo

Data: 10/05/2012